

Jornal do CFC

Brasília-DF – ano 13, n.º 104
junho/julho/agosto de 2010
Distribuição gratuita

Conselho Federal
de Contabilidade



Impresso Especial
1000010085/2006-DR/BSB
CFC
...CORREIOS...



Campanha da Classe Contábil



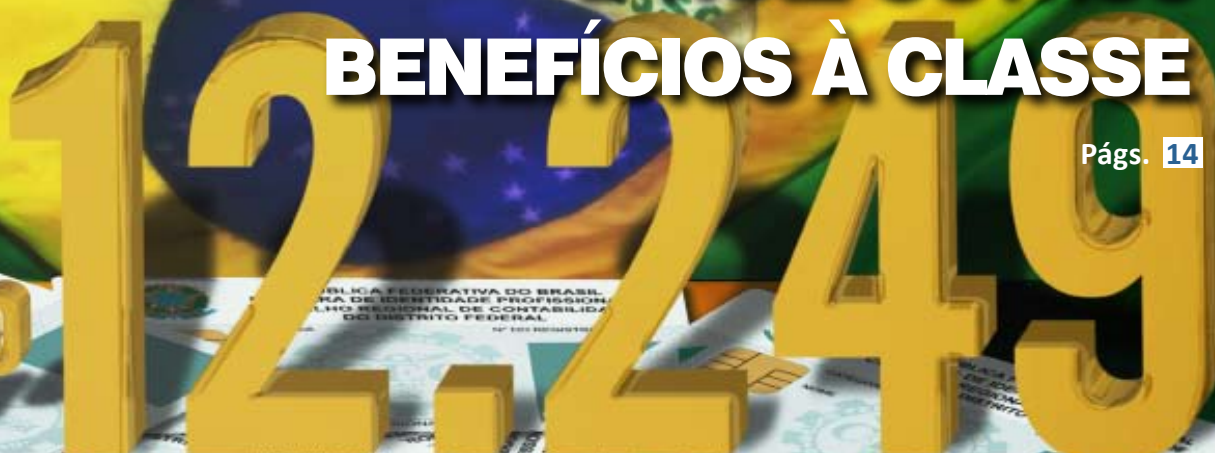
Santana do Mundaú - AL

Pág. 9

NOVA LEI INSTITUI EXAME DE SUFICIÊNCIA E TRAZ OUTROS BENEFÍCIOS À CLASSE

Págs. 14

Lei nº 12.249



Contabilidade perde prof. Ynel Alves de Camargo, ex-presidente do CFC

Pág. 10

Ministro da Previdência Social participa de evento no CFC

Pág. 16

Ilustração: Laerte S. Martins

Conselhos combatem a corrupção eleitoral

Págs. 6 e 7

Para o uso dos correios (Sr. Carteiro, assinale o motivo)

- Mudou-se Não existe o nº indicado Não procurado
 Desconhecido Endereço insuficiente Ausente _____
 Informações escritas pelo porteiro reintegrado ao Serviços Postal em ____/____/____

Responsável

Visto



Plenário do CFC

Presidente
Contador Juarez Domingues Carneiro

Vice-presidentes
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Antonio Miguel Fernandes
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Sérgio Prado de Mello
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

Conselheiros Efetivos
Contador Antonio Miguel Fernandes
Contador Edson Cândido Pinto
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador João Altair Caetano dos Santos
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Wagner Rabelo Mesquita
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contador Luis Carlos de Souza
Contador Luiz Henrique de Souza
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Osório Cavalcante Araújo
Contador Paulo Vieira Pinto
Contador Sergio Prado de Melo
Contadora Gardênia Maria Braga de Carvalho
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Técnico em Contabilidade Bernardo Rodrigues de Souza
Técnico em Contabilidade Edvaldo Paulo de Araújo
Técnico em Contabilidade José Augusto Costa Sobrinho
Técnico em Contabilidade José Carlos Fernandes
Técnico em Contabilidade José Cleber da Silva Fontineles
Técnico em Contabilidade José Odilon Faustino
Técnico em Contabilidade Juliana Aparecida Soares Martins
Técnico em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara
Técnico em Contabilidade Paulo Viana Nunes

Conselheiros Suplentes
Contador Carlos De La Roque
Contador Edson Franco de Moraes
Contador Flávio Azevedo Pinto
Contador Jadson Alves Ricarte
Contador João Elói Olenike
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Corrêa de Menezes
Contador José Nilton Junckes
Contador Luiz Antonio Balamint
Contador Pedro Alves
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contadora Elizabete Coimbra Lisboa
Contadora Luci Melita Vaz
Contadora Maiza de Barros Bumlai
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Técnico em Contabilidade Antônio Roberto de Souza
Técnico em Contabilidade Auridan José de Lima
Técnico em Contabilidade José Amárisio Freitas de Souza
Técnico em Contabilidade Maria das Graças Santana
Técnico em Contabilidade Mário César de Magalhães Mateus
Técnico em Contabilidade Osvaldo Rodrigues da Cruz
Técnico em Contabilidade Paulo Luiz Pacheco
Técnico em Contabilidade Pedro Miranda
Técnico em Contabilidade Vivaldo Barbosa Araújo Filho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3326-6547
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Expediente

Diretora Executiva
Elys Tevania de Carvalho

Jornal do CFC
Ano 13 - Nº 104 - junho/julho 2010
Edição/Jornalista responsável: Fabrício Santos - DF 2887JP
Redação: Fabrício Santos e Maristela Giroto
Projeto gráfico: Igor Outeiral e Marcus Hermeto
Diagramação: Laerte S. Martins
Revisão: Maria do Carmo Nóbrega
Colaboração: Rosângela Bekman e Dandara Lima
TEL: (61) 3314-9513
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 65.000 exemplares

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Palavra do Presidente

Juarez Domingues Carneiro



O último trimestre de 2010 reserva para a Classe Contábil brasileira fatos de grande importância para a profissão que merecem destaque nesta edição do Jornal do CFC. Um dos grandes acontecimentos foi à homenagem do Senado Federal para o Dia do Contabilista – comemorado em todo País no dia 25 de abril — onde representantes do Sistema Contábil brasileiro, presidentes dos Conselhos Regionais, participaram da cerimônia que foi proposta pelo senador João Vicente Claudino (PTB/PI).

Outro grande acontecimento, que fortaleceu ainda mais, o trabalho do CFC como fator de proteção da sociedade, foi a parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) que culminou na assinatura do Protocolo de Intenções que visa à transparência e à legalidade na prestação de contas eleitorais dos candidatos à presidência da República e governadores dos estados. Sem dúvida, é um grande passo para o processo democrático no País. Ainda colhendo frutos da parceria com o CFOAB, lançamos o livro Partidas Dobradas – Eleições 2010 – Contabilidade Necessária. A obra, cedida gentilmente pelos seus autores, aborda todo o processo de forma preventiva.

O ano de 2010 está reservando grandes surpresas para todos nós, profissionais brasileiros. A boa nova aconteceu no mês de junho, fato este

que entrou para a história da Contabilidade. Esperado por mais de quatro décadas, a tão sonhada alteração no Decreto-Lei 9295/46 se deu por meio da Lei 12.149/10, sancionada pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, que alterou alguns dispositivos. Promessa cumprida. Com a lei, o CFC poderá realizar o Exame de Suficiência, extinto em 2004, e editar Normas Brasileiras de Contabilidade. Ao presidente Lula nossos sinceros agradecimentos por acreditar que somos peças fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país.

Para finalizar, convido todos os profissionais da contabilidade a participarem da campanha SOS Santana do Mundaú (AL). Recentemente os estados de Pernambuco e Alagoas foram duramente castigados por grandes enchentes e a classe contábil brasileira, por meio de suas lideranças, sensibilizados com esse drama e conscientes da Responsabilidade Socioambiental, decidiu assumir o desafio de construir 100 casas para amenizar o sofrimento de algumas famílias.

A campanha foi idealizada pelo CFC e tem o apoio da Fenacon, da Abracicon e do Sescon (SP). Como presidente do CFC, convido a classe para participar da Campanha para que possamos promover esse grande espírito de solidariedade!

A todos uma boa leitura!

Nesta edição

Audiência com Vice-presidente da República	3	Treinamento sobre o Redam	11
CFC e CFOAB lançam livro	3	II Seminário de Auditoria Independente	12
II Seminário Internacional de Contabilidade Pública	4	CFC e Ibracon lançam publicações	12
Dia do Contabilista é comemorado no Senado Federal	5	Congresso Nacional aprova Ficha Limpa	13
CFC e CFOAB combatem corrupção eleitoral	6 e 7	Lei nº 12.249 institui benefícios à classe	14
Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade	8	Deputado defende mudanças na Lei Geral	14
Nova Resolução anula três anteriores	8	Comitê Operacional do Programa de Voluntariado se reúne no CFC	15
Campanha SOS Santana do Mundaú - AL	9	Banco Central realiza ciclo de palestras sobre IFRS em São Paulo	15
FBC e Profis assinam convênio	10	Ministro da Previdência participa de Seminário no CFC	16
Contabilidade perde Ynel Alves de Camargo	10	Seminário IFRS termina com sucesso no Rio de Janeiro	16
CFC institui Redam	11		

Audiência com Vice-presidente da República

O presidente de Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), José Martonio Alves Coelho, participou de audiência com o Vice-presidente da República, José Alencar, no último dia 22 de junho. Na pauta, foi discutida a recente aprovação da Lei nº 12.249/10, que alterou alguns artigos do Decreto-Lei nº 9.295/46.

Para o Vice-presidente da República, a aprovação da Lei reflete a importância

dos contabilistas para a sociedade. "Sem dúvida, foi uma vitória merecida. A Contabilidade tem o seu papel fundamental no desenvolvimento do País", revela. Alencar aproveitou o momento e reafirmou o seu compromisso com a classe. "Aca-



José Martonio Alves Coelho, presidente da FBC, e Jose Alencar, Vice-presidente da República

bo o meu mandato, mas me coloco à disposição de todos vocês", avisa.

José Martonio agradeceu o apoio e falou, em nome do Sistema CFC/CRCs, do orgulho em ter como "Padrinho da Contabilidade" o Vice-presidente. "Para nós, tê-lo como aliado representa uma grande conquista, até mesmo porque reconhecemos o valor que o senhor dá ao trabalho exercido

pelos milhares de profissionais", disse.

Memória

Em 2008, na condição de Vice-presidente da República, foi homenageado no Plenário do

CFC. A homenagem a José Alencar foi motivada por um desafio lançado, em 2004, à classe contábil e, em especial ao CFC, pelo Vice-presidente da República. À época, na condição de presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martonio Alves Coelho fez uma visita a José Alencar no Palácio do Planalto. José Martonio estava acompanhado da então presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Maria Clara Cavalcante Bugarim.

José Martonio e Maria Clara ouviram de José Alencar, naquele dia, a seguinte afirmação: "Os contadores do Brasil deveriam, unidos, ajudar o País a criar um novo modelo de Contabilidade Pública". A sugestão foi levada adiante e desencadeou uma série de fatos, que culminou na edição das dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

Por Fabrício Santos

CFC e CFOAB

lançam livro contra a corrupção eleitoral

Os presidentes dos Conselhos Federais de Contabilidade e da Ordem dos Advogados do Brasil lançaram, no dia 28 de julho, o livro Partidas Dobradas, Eleições 2010 - Contabilidade Necessária, de autoria de José João Appel Matos, Bruno Mendes e Davi de Oliveira Rios.

As duas entidades, que atuam como órgãos fiscalizadores, buscam, por meio dessa publicação, orientar e informar todos aqueles que se interessam pelo assunto, sobre a importância de se fazer uma prestação de contas clara, objetiva e transparente.

Para o presidente do CFOAB, Ophir Cavalcante, a obra "representa uma forma de acreditar que os candidatos irão respeitar a legislação eleitoral quando, efetivamente, prestarem contas à sociedade". Segundo Ophir, é uma preocupação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entender a forma como essas contas serão apresentadas. "Fiquei surpreso ao saber que a legislação não exige que um contador fiscalize as contas dos candidatos, mas somente dos partidos políticos. Com isso, o trabalho do TSE pode



Maria Clara Cavalcante Bugarim, ministro Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira, Ophir Cavalcante e Juarez Domingues Carneiro

ficar prejudicado. A legislação eleitoral precisa de ajustes nesse sentido. Este livro é muito mais uma orientação com caráter preventivo", afirmou.

Já o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro, afirmou que a parceria representa a oportunidade de duas fortes entidades estarem comprometidas com a sociedade. "De certa forma, a união das duas entidades traduz, na prática, o que a sociedade espera: ética na política", declarou. Ainda, segundo Juarez, "o livro é a oportunidade, de forma preventiva, de informar e orientar todos aqueles que estarão trabalhando com prestações de contas no processo eleitoral".

O ministro do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira, afirmou que a obra tem como objetivo "unir todos os atores no processo eleitoral, inclusive a sociedade, para que possam acompanhar os gastos das campanhas".

Participaram do lançamento, além dos presidentes do CFC e do CFOAB, a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Cavalcante Bugarim; o presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, José Martonio Alves Coelho; o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Enory Luiz Spinelli; o vice-presidente de Fiscalização do CFC, Sérgio Prado de Mello; o vice-presidente Técnico, Nelson Mitimasa; um dos autores do livro, Bruno Mendes; o secretário-geral do CFOAB, Marcus Vinícius; o presidente da OAB-DF, Francisco Caputo; e os presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade do Pará, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e representantes do CRCSC.



Por Fabrício Santos

Inscrições abertas para o II Seminário Internacional de Contabilidade Pública



Contabilistas e demais profissionais que trabalham, direta ou indiretamente, com a contabilidade praticada no âmbito do setor público e que pretendam participar do II Seminário Internacional de Contabilidade Pública – a ser realizado de 20 a 22 de setembro – devem se apressar para fazer suas inscrições. Até o final de julho, já havia mais de mil pessoas inscritas, sendo que o limite máximo será de 1.500 participantes.

O evento, que deverá reunir inclusive contabilistas de outros países, irá acontecer no Palácio das Artes, em Belo Horizonte (MG), em uma realização conjunta do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Conselho Regional de

Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com organização da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).

O II Seminário Internacional de Contabilidade Pública será realizado juntamente com o 3º Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas. De modo geral, o objetivo dos eventos é de apresentar o estágio atual da Contabilidade Pública no Brasil, além das experiências nacionais bem-sucedidas nas duas últimas décadas, com destaque para a criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e para a implantação da Conta Única do Tesouro Nacional.

A realização dos eventos visa também aperfeiçoar, discutir, reciclar e gerar conhecimentos em relação aos rumos da Contabilidade Pública no Brasil, a partir da experiência de aplicação das normas internacionais de contabilidade no âmbito do setor público. Busca, ainda, propiciar maior qualificação aos profissionais de Contabilidade que atuam na administração pública federal, estadual e municipal, visando à harmonização de conceitos e ao alinhamento de



Nelson Machado

diretrizes estratégicas que norteiam a Contabilidade Pública no País.

Palestra Magna

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, será o palestrante da abertura do evento, às 15 horas. Doutor em Contabilidade, ele foi considerado “Padrinho dos Contabilistas”, durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em 2008, por sua firme atuação em benefício do aprimoramento da Contabilidade Pública brasileira.

Ao lado da então presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Nelson Machado também foi um dos mentores do I Seminário Internacional de Contabilidade Pública, ocorrido em novembro de 2007, em Brasília – evento que reuniu mais de mil participantes, de vários países.

Por Maristela Giroto

Programação

DIA 20 / 9 – SEGUNDA-FEIRA

- 8h – 12h Credenciamento
14 às 15h Abertura
15 às 16h **Palestra Magna - Palestrante:** Nelson Machado - Secretário Executivo do Ministério da Fazenda
16h às 19h30 **Painel 1: Convergência aos Padrões Internacionais**
16h às 17h30
Palestra 1: Diretrizes para Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAS
Estágio atual, contexto normativo internacional, perspectivas e principais desafios sob a ótica da IFAC.
Palestrante: Andreas Bergmann (Chair of the IPSASB)
17h30 às 18h30
Palestra 2: A Experiência Internacional na adoção de Normas Internacionais de Contabilidade no Setor Público
Desafios, processo de internalização, dificuldades, estratégias, fases e estágio de implantação.
Palestrante: Ian Ball (Nova Zelândia)
18h30 às 19h30
Palestra 3: O CFC e o Processo de Convergência no Brasil
Palestrante: Paulo Henrique Feijó - Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação/STN - e Francisco Ribeiro

19h30 às 20h Debates

DIA 21/09 – TERÇA-FEIRA

- 9h às 12h **Painel 2: Contabilidade Patrimonial**
9h às 9h45
Palestra 1: O papel da Contabilidade Patrimonial como Indutora da Gestão Pública
Palestrante: Contador Leonardo Colombini, Contador, Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Palestra 2: Contabilização de Bens Públicos de Uso Comum e de Recursos Naturais na Visão dos Organismos Internacionais
• 9h45 às 10h45 – Regras, desafios, dificuldades e efeitos nas demonstrações contábeis
• 10:45 às 11:30 – A experiência Internacional
11h30 às 12h Debates
14h às 18h **Painel 3: Transparência Fiscal**
14h às 14h45
Palestra 1: A transparência como instrumento do Controle Social
Palestrante: Vânia Lúcia Ribeiro Vieira - Diretora de Prevenção da Corrupção - CGU
14h45 às 15h15 Debates
15h15 às 16h15
Palestra 2: O Papel da Contabilidade na Geração de Informações para Estatísticas Fiscais de acordo com os padrões internacionais (GFSM-2001)
A contabilidade patrimonial como base das estatísticas de finanças públicas alinhada aos padrões internacionais
Palestrante: Claudia Dziobek - Chefe Departamento Estatística STA/FMI

16h15 às 16h45 Coffee Break

16h45 às 17h30

Palestra 3: A Experiência do Governo Brasileiro em transparência de informações fiscais e na implantação de Estatísticas de Finanças Públicas de acordo com os padrões internacionais (GFSM- 2001)
Desafios, processo de internalização, dificuldades, estratégias, fases e estágio de implantação
Palestrante: Cleber Oliveira – Subsecretário de Planejamento, Estatística e Contabilidade/STN

17h30 às 18h Debates

DIA 22/ 9 – QUARTA-FEIRA

09h às 12h **Painel 4: Tópicos Especiais de Contabilidade Patrimonial**

9h30 às 10h15

Palestra 1: Transição do Regime de Caixa para o de Competência
Orçamento, Patrimônio, Caixa, adoção do Regime de Competência, reconhecimento da receita tributária
10h15 às 11h30

Palestra 2: A Experiência Internacional na adoção do Orçamento de Competência
Desafios, processo de internalização, dificuldades, estratégias, fases e estágio de implantação
Palestrante: Ian Carruthers (Reino Unido)

11h30 às 12h Debates

14h às 18h30 **Painel 5: Informação de Custos no Setor Público**

14h às 15h15

Palestra 1: A Experiência Internacional na adoção de Sistema de Custos
Desafios, processo de internalização, dificuldades, estratégias, fases e estágio de implantação
Palestrante: James L. Chan – Professor Emeritus of Accounting, University of Illinois at Chicago, USA

15h15 às 15h45 Coffee Break

15h45 às 17h30

Palestra 2: A Experiência do Brasil na Geração da Informação de Sistema de Custos

a) Norma Brasileira de contabilidade de custo

Palestrante: Lino Martins – Professor do Mestrado em Contabilidade da UERJ

b) Modelo Conceitual do sistema de custos no governo federal

Palestrante: Victor Branco de Holanda – Diretor de Programa – Secretaria Executiva do MF

c) Desafios, processo de internalização, dificuldades, estratégias, fases e estágio de implantação

Palestrante: Gilvan Dantas - Coordenador-Geral de Contabilidade da União/STN

17h30 às 18h30

Palestra 3: Controle Interno: O Elo entre a Contabilidade Patrimonial e a Informação de Custos no Setor Público
Palestrante: Domingos Poubel de Castro

18h30 às 19h Debates

19h Encerramento

Inscreva-se já: www.cfc.org.br

Contabilistas são homenageados em Sessão Solene no Senado Federal



Foto: Eugênio Novais

Representantes do Sistema CFC/CRCs participaram da homenagem

"Este dia marcará a História da Contabilidade no Brasil porque, pela primeira vez, esta Casa parou para homenagear a importância desses profissionais", afirmou o senador João Vicente Claudino (PTB/PI), durante discurso na Sessão Solene no Dia do Contabilista, realizada no Plenário do Senado Federal, no dia 27 de maio, às 14 horas. Para o senador piauiense – que foi o autor do requerimento de solicitação da homenagem –, "os contabilistas, apesar de terem o dia 25 de abril como o seu dia no calendário, devem ser reverenciados todos os dias porque, a todo instante, a sua atuação contribui para a sustentabilidade econômica e financeira do País".

A Sessão Solene foi presidida pelo senador Mão Santa (PSC/PI), representando a Mesa Diretora do Senado. Além do presidente, a mesa da Sessão foi composta pelo senador João Vicente Claudino; pelo presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro; pela presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; e pelo presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), Valdir Pietrobon.

Mão Santa iniciou o seu discurso, lembrando que a data comemorativa ao Dia do Contabilista, 25 de Abril, foi uma sugestão do então senador João Lyra, em 1926. "O Dia do Contabilista re-

presenta uma justa homenagem a esta categoria profissional, que presta serviços de fundamental importância, tanto na esfera pública quanto na privada", disse. Para o senador, "por trás de toda empresa financeiramente saudável está, com absoluta certeza, um excelente departamento de contabilidade".

João Vicente Claudino também lembrou o Patrono dos Contabilistas. "A luta do senador João Lyra foi pautada na conveniência de se regularizar o exercício da profissão contábil", afirmou, citando a edição do Decreto-Lei nº 9.295, em 1946. O senador destacou também a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e mencionou fatos importantes da profissão ao longo dos anos.

O autor do requerimento da homenagem aos contabilistas registrou ainda "o importante trabalho realizado na conscientização da sociedade, sobretudo das administrações públicas, à época da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, momento em que o Conselho Federal de Contabilidade elaborou o Guia da LRF com orientação aos profissionais, agentes diretos do processo de transparência nas contas públicas". João Vicente também relatou conquistas recentes da profissão, como a implantação das normas internacionais de contabilidade (IFRS).

A classe contábil contou ainda com homenagem, em discurso, do senador Roberto

Cavalcanti (PRB/PB). Os senadores Augusto Botelho (PT/RR) e Gim Argello (PTB/DF) também se pronunciaram e parabenizaram a classe contábil. O senador do Distrito Federal destacou sua atuação como autor de três emendas – aprovadas pelo Senado, na semana passada –, ao projeto de lei que reformula e atualiza o Decreto-Lei nº 9.295/46. O projeto aguarda a sanção do Presidente da República.

O presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, representando a classe contábil, agradeceu a homenagem e falou a respeito de várias conquistas que vêm contribuindo, ao longo do tempo, para a evolução da profissão. "Deixamos de ser uma opção de escolha profissional para sermos a escolha que nos leva à realização dos nossos sonhos. Mais do que nunca, somos hoje os geradores de informações vitais para o processo de decisão das organizações que tenham foco no futuro e a visão no crescimento", afirmou.

A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, também manifestou agradecimento pela homenagem, ao dizer que "estamos hoje no Senado, pela primeira vez, em uma Sessão Solene dedicada a comemorar o Dia do Contabilista. Esse é um marco nas nossas vidas".

CFC e CFOAB juntos no con



Ophir Cavalcante, presidente do CFOAB, e Juarez Carneiro, presidente do CFC, no Plenário do CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) assinaram, no dia 18 de junho, um Protocolo de Intenções, que visa, entre outros objetivos, à transparência e à legalidade nas prestações de contas das campanhas eleitorais dos candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais. O documento foi subscrito pelos presidentes do CFC, Juarez Domingues Carneiro, e do CFOAB, Ophir Filgueiras Cavalcante Junior.

Ato considerado histórico por ambos os presidentes das classes, a assinatura do Protocolo ocorreu durante a reunião Plenária do Conselho Federal de Contabilidade, que contou com a presença dos conselheiros do CFC e também dos 27 presidentes e diretores dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

O presidente do CFC chamou a atenção dos presentes para o fato de esta ser a primeira vez que o CFC e o CFOAB assinam um convênio para a realização de trabalho conjunto, apesar de serem entidades de profissões regulamentadas criadas na primeira metade do século passado — o CFC foi instalado em 1946 e o CFOAB entrou em funcionamento em 1933.

Juarez Carneiro destacou os passos que levaram à aproximação dos Conselhos até a formu-

lação do programa de ações a ser desenvolvido pelas entidades este ano. O objetivo principal da proposta é estimular a participação e o espírito de responsabilidade social dos profissionais do Direito e da Contabilidade, visando à transparência e à legalidade nas prestações de contas das campanhas eleitorais dos candidatos que concorrem aos cargos de Presidente da República e de governadores de estados e, ainda, dos seus respectivos partidos políticos. Segundo o presidente do CFC, as atividades serão realizadas por meio de ações preventivas no cumprimento formal e legal das prestações de contas.

Para o presidente do CFOAB, a assinatura do Protocolo de Intenções representa uma mudança de cultura e de paradigma. "Hoje somos dois Conselhos que têm peso político e propósitos sérios iniciando um trabalho conjunto; esse é o primeiro passo", afirmou Ophir Cavalcante, citando que as parcerias com outras entidades de classes devem ser ampliadas em novas ações. "Isso é exercer a cidadania na sua plenitude", disse o advogado, ao defender a união de todos os Conselhos, resguardando-se as suas autonomias, para a conquista de lutas comuns. Ele também destacou o fortalecimento da democracia, por meio da sociedade. "Para termos um Estado melhor, precisamos de controle social", disse.

Ophir Cavalcante também apresentou ao Plenário do CFC as congratulações do CFOAB — que representa mais de 600 mil advogados do Brasil — pela aprovação da Lei nº 12.249, em 11 de junho de 2010. Nos artigos 76 e 77, essa nova Lei atualiza o Decreto-Lei nº 9.295/46, que rege a profissão contábil no território nacional.

Além dos presidentes do CFC e do CFOAB, a Mesa da Cerimônia teve ainda a presença dos contadores Enory Luiz Spinelli e Joaquim Bezerra Filho, conselheiros e membros da comissão específica constituída pelo CFC, e Marcus Vinícius Coelho, secretário-geral do CFOAB.

"Hoje somos dois Conselhos que têm peso político e propósitos sérios iniciando um trabalho conjunto; esse é o primeiro passo"

**Ophir Cavalcante,
presidente do CFOAB**

Combate à corrupção eleitoral

Presidente do CFC participa da Plenária do CFOAB



Ophir Cavalcante e Juarez Carneiro

No dia 21 de junho, o presidente do CFC participou da reunião Plenária do CFOAB. Na oportunidade, foi reafirmado o compromisso das duas entidades no que diz respeito ao Protocolo de Intenções. Para o presidente do CFOAB, Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior, "esse momento vem ao encontro de toda a história da Ordem dos Advogados do Brasil no sentido de lutar por esta nova política". Ainda segundo Ophir, "o Protocolo de Intenções somará esforços para, em primeiro lugar, levar alguns aspectos didáticos e pedagógicos à sociedade e, também, se houver possibilidade, ensinar como fazer a fiscalização das contas dos candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais".

O presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, por sua vez, lembrou a trajetória para que o acordo fosse firmado. "Quando nos reunimos, pela primeira vez, sabíamos que nasceria, a partir daquele momento, uma parceria sólida, até mesmo porque, ao longo da história, não identificamos um termo de compromisso entre as duas entidades", ressaltou. Para Juarez Carneiro, "este momento histórico ocorre quando a sociedade deposita nas instituições, como os conselhos de classe, a sua esperança em relação aos mais variados tipos de problemas que comprometem a ética."

Carneiro afirma também que as ações, nesse primeiro momento, serão de fiscalização preventiva. "Todas as orientações serão fornecidas pelos dois Conselhos, por meio de cartilhas e treinamentos, àqueles que irão trabalhar no processo eleitoral, à sociedade em geral e aos demais segmentos que necessitam de informações acerca da prestação de contas nas campanhas eleitorais", avisa.

Uma comissão do CFC já foi constituída para trabalhar no projeto. Integra a comissão o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, Enory Luiz Spinelli; o conselheiro do CFC, Joaquim de Alencar B. Filho; a diretora do CFC, Elys Tevania Carvalho; e os coordenadores da entidade César Roberto Buzzin, Eunice Rosa de Melo, Ludmila Mello e Rodrigo Magalhães.

Proposta do Projeto

- Incentivar o engajamento de forma organizada dos integrantes das classes contábil e advocatícia nas ações preventivas, para a obtenção dos melhores resultados nas prestações de contas das eleições de 2010.

- Estimular a participação dos profissionais da Contabilidade e do Direito no apoio contábil e jurídico aos partidos políticos e aos próprios candidatos por meio de sensibilização, divulgação e palestras sobre o processo de prestação de contas e a legislação vigente em nível nacional, destacando sua relevância para um país politicamente mais ético.

- Subsidiar, com informações técnicas e jurídicas, os candidatos e os partidos políticos, em parceria com os órgãos institucionais, para a transparência e a legalidade das prestações de contas.

- Estimular a participação voluntária a toda e qualquer organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tenha por objetivo a transparência para a melhoria da credibilidade política. Divulgar o projeto em nível nacional, destacando sua relevância para um país politicamente mais ético.

Por Maristela Giroto e Fabrício Santos



Enory Spinelli, Ophir Cavalcante, Juarez Carneiro, Marcus Vinícius e Joaquim Bezerra Filho

Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade será realizado em outubro

De 20 a 22 de outubro de 2010, Florianópolis (SC) vai sediar o Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, evento organizado pela primeira vez no Brasil, com a finalidade de reunir contabilistas brasileiros, portugueses e de outros países de língua portuguesa, para proporcionar reflexão sobre temas atuais da área e oportunidade de aprimoramento profissional. Experiências em Ciências Contábeis de Brasil e de Portugal também serão apresentadas durante o Encontro.

A programação inclui ainda o Fórum da Mulher e o Fórum de Estudantes de Ciências



Contábeis de Santa Catarina. Apresentações culturais e momentos reservados à descontração e ao entrosamento também estão programados. O Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade é uma realização do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (OTOC) e do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC). Para mais informações acesse http://www.cfc.org.br/sites/luso_brasileiro/index.html

Por Fabrício Santos

Programação Preliminar

20 de outubro	21 de outubro - manhã livre	22 de outubro – manhã livre
19h Solenidade de Abertura Palestra – Gabriel Chalita	14h Fórum da Mulher – Talk Show	14h Fórum Luso-Brasileiro - Painel Educação
21h Coquetel	16h Fórum da Mulher – Palestra	16h Fórum Luso-Brasileiro – Palestra
	17h30 Happy Hour	17h30 Happy Hour
	20h30 Apresentação Cultural	19h Fórum de Estudantes



Foto: Divulgação

Participante	Até 31/ago	Até 8/out
Inscrição de Profissionais	R\$ 200,00	R\$ 250,00
Inscrição de Estudante de Graduação	R\$ 60,00	R\$ 70,00
Inscrição de Acompanhante	R\$ 150,00	R\$ 200,00

Nova Resolução anula três anteriores

O CFC publicou no Diário Oficial da União (DOU), no dia 28 de julho de 2010, a Resolução nº 1.286/2010, que revoga as Resoluções CFC nº 876/2000, nº 913/2001 e nº 956/2003, que tratam da NBC T 10.9 – Entidades Financeiras, da NBC T 10.3 – Consórcio de Vendas e da NBC T 10.6 – Entidades Hoteleiras.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 10.9 – Entidades Financeiras) estabelecia critérios e procedimentos específicos de avaliação e registro contábil, e as informações mínimas a serem incluídas nas notas explicativas das entidades financeiras, que são as agências de fomento ou de desenvolvimento, associações de poupança e empréstimo, bancos comerciais, de desenvolvimento e múltiplos, caixas econômicas, companhias hipotecárias, cooperativas

de crédito, corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio, distribuidores de títulos, sociedades de crédito, de financiamento, de investimento, ao microempreendedor e de crédito imobiliário.

Já a NBC T 10-3 – Consórcio de Vendas determinava procedimentos e critérios de avaliação de registros contábeis e da estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas para os grupos de consórcio de vendas e suas administradoras. O grupo de consórcio de vendas é a reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas, promovida por administradora, com a finalidade de propiciar a seus integrantes a aquisição de bem, conjunto de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento.

A Norma 10.6 – Entidades Hoteleiras estipulava métodos específicos de avaliação e de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades hoteleiras, que são as prestadoras de serviços cujas atividades principais são: hospedagem, lavanderia, comunicações, alimentação de copa, de restaurante e bar, além de lazer, turismo, aluguel de equipamentos, de sala de reuniões e de auditórios para eventos, bem como do aluguel de suas instalações para outras finalidades específicas.

Por De León Comunicações

Lançada campanha para construir casas em Santana do Mundaú - AL

Foto: Divulgação



Campanha da Classe Contábil



Santana do Mundaú - AL

Foto: Divulgação



No mês de junho, os Estados de Pernambuco e Alagoas foram duramente castigados por grandes enchentes. Algumas de suas cidades mais pobres foram quase arrasadas. Da noite para o dia, a fúria das águas destruiu vias públicas, lojas comerciais, posto médico, farmácia, escolas, creche, igreja e dezenas de casebres. As cenas dessa calamidade pública chocaram o País inteiro.

A classe contábil brasileira, por meio de suas lideranças, sensibilizadas com esse drama e conscientes da **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**, decidiu assumir o desafio de construir **100 moradias** para amenizar o sofrimento de algumas famílias que, repentinamente, caíram do nível da pobreza para a lamentável condição humana da miséria.

A Campanha

O foco dessa Campanha, de âmbito nacional, é a cidade de **SANTANA DO MUNDAÚ (AL)**, localizada a 106 quilômetros de Maceió, a qual, segundo a Defesa Civil, deverá ser totalmente reconstruída em outro local. A **"Campanha SOS Santana do Mundaú (AL)"** foi idealizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e tem o apoio da FENACON, da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), da ABRACICON e do SESCON-SP, estando aberta à adesão de quaisquer outras entidades da classe contábil ou sociedade civil.

Meta

Construir 100 casas populares em terreno doado e destinado a famílias mais carentes. A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), entidade de natureza cultural, sem fins lucrativos, coordena esta ação coletiva. Para tanto, criou uma conta bancária para doações e divulgará periodicamente, em nome das entidades promotoras da Campanha, o andamento dos trabalhos e a respectiva aplicação dos recursos financeiros.

Faça sua doação

Dentro das suas possibilidades, deposite a partir de R\$10,00:

Conta na Caixa Econômica Federal, em nome da Fundação Brasileira de Contabilidade - CNPJ 02.428.413/0001-05

Agência: 0647
Operação: 003
Conta-Corrente: 621-4

Composta por profissionais que desempenham com ética, zelo e dedicação suas atividades, a classe contábil brasileira faz presente, diante da tragédia da enchente alagoana, o seu espírito de solidariedade e a sua consciência do dever social, colaborando com os desabrigados.

Somos os profissionais que ajudam a construir as riquezas do Brasil. Agora, juntos, vamos construir 100 casas em Santana do Mundaú.

MUITO OBRIGADO PELA SUA SOLIDARIEDADE!

Parcerias:



SISTEMA SESC/SESCON
FENACON
Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas



Academia Brasileira de Ciências Contábeis



FBC e Profis assinam convênio de cooperação

A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e a Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis) assinaram convênio, no dia 18 de junho, para a execução de projetos relacionados à contabilidade das entidades do terceiro setor. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) também participarão das ações a serem realizadas conjuntamente.

A formalização do convênio aconteceu durante a realização da reunião Plenária do CFC, que contou com a presença dos conselheiros da entidade e dos presidentes e diretores dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

O presidente da FBC, José Martonio Alves Coelho; o presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro; e a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, dividiram a mesa do ato com o procurador de Justiça e presidente da Profis, José Eduardo Sabo Paes, e com os promotores de Justiça do Ministério Público do Distrito



Representantes do CFC, FBC e Profis assinam convênio

Federal e Territórios (MPDFT) Gladaniel Palmeira de Carvalho e Nelson Faraco de Freitas.

Conforme previsto no documento, serão realizados simpósios nacionais e regionais sobre a contabilidade das entidades do terceiro setor e, ainda, será produzida a terceira edição do Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social. Em 2003, foi lançada pelo CFC, FBC e Profis a primeira edição do Manual, destinado a atender aos profissionais contábeis que prestam serviços às organizações do terceiro setor e, em 2005, foi publicada a segunda edição – reeditada em 2007.

A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC e presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, lembrou a assinatura do primeiro convênio com a Profis, em 2002, parceria que resultou em importantes eventos realizados aos contabilistas, além da edição do Manual.

Para José Martonio Alves Coelho, a formalização do novo convênio tem o intuito maior de contribuir para a transparência das entidades, por meio da devida prestação de contas à sociedade. "Queremos contribuir para que os recursos públicos sejam aplicados com maior

transparência", afirmou o presidente da FBC.

Já o presidente da Profis destacou a importância da contribuição que as entidades contábeis podem dar na fiscalização das fundações e entidades de interesse social. "No campo da ética e da transparência, para nós do Ministério Público, é uma oportunidade ímpar firmar esta parceria com as entidades contábeis", disse José Eduardo Sabo Paes.

Juarez Domingues Carneiro aproveitou a presença dos presidentes dos CRCs no Plenário de CFC e solicitou o empenho dos Conselhos Regionais para os trabalhos que serão realizados nos estados. "Quem realmente vai ganhar com essa parceria é a sociedade", ressaltou o presidente do CFC.

Por Maristela Giroto

Contabilidade perde Ynel Alves de Camargo

A classe contábil brasileira perdeu na segunda-feira, 9 de agosto, um importante realizador e dinâmico administrador da história do Sistema CFC/CRCs. O professor Ynel Alves de Camargo, que exerceu a Presidência do CFC por duas gestões - de janeiro de 1974 a dezembro de 1977 - morreu aos 85 anos, em decorrência de insuficiência cardíaca, em sua residência, na cidade de Campos do Jordão (SP).

Contador e administrador de empresas, Ynel Alves de Camargo foi professor titular emérito da Universidade Católica de Santos (SP), também exercendo o magistério na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e na Universidade Federal do Amazonas. Na área de educação, exerceu ainda as funções de diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais da Unisantos e diretor-presidente do Instituto Educacional Brasília S/A (SV/SP).

Detentor da Medalha Mérito Contábil João Lyra, mais importante láurea concedida pelo CFC,

o professor Ynel - como era respeitosamente chamado - também recebeu várias outras homenagens e títulos por sua atuação à frente de entidades da classe contábil, a exemplo do Diploma de Mérito Profissional da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), recebido em 1996, e da Medalha Hilário Franco, concedida pelo CRCSP em 2003.

Durante suas gestões como presidente do CFC, integrou a ação fiscalizadora dos Conselhos Regionais de Contabilidade, promovendo o primeiro seminário com os funcionários dos setores de Fiscalização e Registro dos CRCs; implantou a auditoria; instalou o setor operacional, com a finalidade de ampliar o apoio aos Regionais; fez várias pesquisas nas faculdades de Ciências Contábeis, para levantar o número de formandos; trabalhou com grande empenho para a unificação da categoria contábil e para a reformulação do Decreto-Lei nº 9.295/46, apresentando anteprojeto de lei no Legislativo federal. O professor Ynel tam-



Prof. Ynel Alves de Camargo foi presidente do CFC (1974-1977)

bém foi ex-coordenador do grupo de estudos do CFC que definiu as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Auditoria.

Seu corpo foi velado na Sala 1 do 2º andar do Memorial Ecumênico Santos (Av. Dr. Nilo Peçanha, 50), em Santos (SP), e cremado às 17h15 do dia 9.

Por Maristela Giroto

CFC institui programa de parcelamento de débitos



Enry Luiz Spinelli, vice-presidente de Desenvolvimento Operacional

Foto: Divulgação

Aprovada na reunião Plenária do CFC no mês de maio, a Resolução foi publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de junho. Após o cumprimento do trâmite legal, de acordo com o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Enry Luiz Spinelli, estão sendo finalizados os procedimentos técnicos e práticos para que o profissional, ao chegar ao seu Conselho Regional (CRC), possa realizar o procedimento e optar pela melhor forma de pagamento do seu débito.

Parcelamento

Conforme estabelecido no artigo 14 da Resolução CFC nº 1.284/10, os débitos que não tenham sido objeto de parcelamento anterior poderão ser pagos com descontos sobre multa e juros, da seguinte forma:

- I – à vista, com 100% de desconto;
- II – de 2 a 6 parcelas, com 80% de desconto;
- III – de 7 a 12 parcelas, com 60% de desconto;
- IV – de 13 a 24 parcelas, com 40% de desconto;
- V – de 25 a 36 parcelas, com 30% de desconto.

O vice-presidente explica que a instituição do programa de parcelamento de débitos visa permitir aos profissionais a realização de suas pendências no seu Conselho. “Nós sabemos que os profissionais, por um motivo ou outro, podem passar por períodos de dificuldades financeiras”, disse. Para Spinelli, a crise econômica de 2008 e 2009 afetou a sociedade em geral.

“Com o Redam, temos o intuito de contribuir para que os profissionais se mantenham habilitados e aptos ao exercício da Contabilidade”, argumentou o vice-presidente, lembrando que a classe contábil está vivendo um momento de valorização, em decorrência das mudanças trazidas pela Lei das Sociedades por Ações (nº 11.638/07); da modernização tecnológica e das novas exigências nesse campo, como a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped); e, entre outros fatores, o da própria alteração da Lei de Regência nº 12.249/10.

Pela Resolução CFC nº 1.284/10, estão incluídos no Regime de Parcelamento do Sistema CFC/CRCs os débitos vencidos até 31 de dezembro de 2009, de pessoas físicas ou jurídicas, e também os saldos remanescentes de parcelamento anterior, ainda que cancelado por falta de pagamento. O Redam se aplica aos débitos inscritos em dívida ativa e aos que estejam em fase de execução fiscal já ajuizada.

Por Maristela Giroto

Realizado seminário sobre o Redam

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou no dia 28 de julho um seminário com funcionários dos setores de cobrança e financeiro dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), com a finalidade de discutir aspectos práticos da aplicação do Regime de Parcelamento de Débitos de Anuidades e Multas (Redam). Presidentes e diretores de alguns CRCs também participaram do evento.

Em vigor desde o início de junho, o Regime foi instituído pela Resolução CFC nº 1.284/10 e tem o objetivo de auxiliar os CRCs que registram índices elevados de inadimplência por parte dos contabilistas. Estão incluídos no Redam os débitos vencidos até 31 de dezembro de 2009, de pessoas físicas ou jurídicas, e também os saldos remanescentes de parcelamento anterior, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Na abertura do Seminário, o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, Enry Luiz

Spinelli, falou sobre a importância do Regime de Parcelamento de Débitos para o desenvolvimento das atividades do Sistema CFC/CRCs e enfocou a responsabilidade dos CRCs na aplicação do Regime.

O coordenador da Câmara de Desenvolvimento Operacional, conselheiro José Odilon Faustino, destacou o fato histórico de esta ser a primeira vez que se reuniram no CFC os funcionários dos setores de cobrança e financeiro dos CRCs para um evento específico dessa área.



Participantes do Seminário, no Plenário do CFC

Foto: Divulgação

No programa do Seminário constaram discussões sobre a aplicabilidade do Redam, a apresentação detalhada do sistema informatizado do Regime e também a abordagem do Manual de Cobrança, lançado recentemente pelo CFC.

Por Maristela Giroto

Profissionais participam de Seminário sobre Auditoria Independente

Cerca de 250 profissionais participaram, no dia 9 de junho, da abertura do II Seminário Brasileiro de Auditoria Independente. A presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Ana María Elorrieta, e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, fizeram os discursos de abertura.

Na oportunidade, o presidente do CFC fez uma homenagem ao Professor Doutor Antônio Lopes de Sá, que faleceu no dia 7 de junho. "Sem dúvida, Lopes de Sá deixou um legado para todos os profissionais da Contabilidade". Para Juarez Carneiro, o prof. Lopes de Sá será sempre lembrado pelos contabilistas em todo o mundo. "Seus livros e artigos publicados servirão de fonte de pesquisa para todos nós."

Ao lembrar-se do I Seminário de Auditoria Independente, realizado em 2009, Juarez Carneiro reafirmou o compromisso do CFC com a parceria firmada com o Ibracon. Segundo ele, "esse processo de convergência das normas reflete o grande momento pela qual a contabilidade mundial está passando, e o CFC e o Ibracon, cientes dessa nova realidade, não medirão esforços para levar a todos os profissionais a importância da harmonização."

Já a presidente do Ibracon, Ana María Elorrieta, no seu breve discurso, ao se referir ao Seminário de 2009, ressaltou que "naquele evento, tive a certeza de que tínhamos um desafio a conquistar e tenho a certeza de que essa mudança será positiva para todos os profissionais da Contabilidade". Ana María disse que o Seminário é importante na medida em que "vamos tentar atualizar os participantes sobre a convergência das normas de auditoria aplicáveis ao Brasil às normas internacionais de auditoria emitidas pela Ifac."

Painel aborda visão geral das normas editadas pelo CFC

O primeiro painel foi apresentado pela conselheira do CFC Verônica Souto Maior e pelo representante da Ernst & Young, Cláudio Longo. A conselheira do CFC fez uma abordagem sobre a aplicação das 37 normas de auditoria aprovadas em novembro de 2009, cujo processo foi concretizado graças à parceria do CFC e com o Ibracon.

Verônica lembrou também a criação do CPC (2005) e a edição dos atos normativos dos reguladores (2006 e 2007). Segundo ela, "nesse ambiente, percebeu-se a necessidade de complementar as ações voltadas ao trabalho dos



Ana María Elorrieta e Juarez Domingues Carneiro

auditores independentes". Um programa da atuação do Comitê Gestor no Brasil também foi mencionado pela conselheira. "Se temos que convergir lá fora, temos que convergir internamente também", finalizou.

O representante da Ernst & Young, Claudio Longo, por sua vez, falou da estrutura conceitual para os trabalhos de asseguração, dando uma visão geral das novas normas aprovadas pelo CFC e sua aplicação prática. "As normas estão vigentes desde o primeiro dia de janeiro", lembrou. Para Longo, o Código de Ética Profissional do Contabilista deve estar alinhado à Federação Internacional de Contadores (Ifac). "Estamos vivendo uma nova fase de transição e por isso a atualização é fundamental", ressaltou.

Por Fabrício Santos

CFC e Ibracon lançam publicações

Durante o II Seminário Brasileiro de Auditoria Independente, realizado no dia 9 de junho, em São Paulo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) lançaram publicações relacionadas às suas áreas de atuação.

O CFC apresentou a quinta edição do Balanço Socioambiental 2009 - Novos Rumos para a Contabilidade. O livro obedece às Normas Brasileiras de Contabilidade, disseminando conhecimento tanto aos CRCs como às empresas que se preocupam com o assunto. O primeiro Balanço do CFC foi lançado em 2006.

Segundo o presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, por meio dessa publicação, a entidade demonstra seu nível de responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente. "Sem modéstias, digo que

este modelo é o mais completo do mundo", destacou.

O Ibracon apresentou o livro Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS 2009, publicação do *International Accounting Standards Board* (IASB) traduzida para o português, em dois volumes. Segundo a presidente do Ibracon, Ana María Elorrieta, a nova versão é aplicável, em 2010, a instituições financeiras no Brasil e em demais países do mundo. "O público-alvo desse material são preparadores, reguladores auditores, academia", observou. O livro poderá ser adquirido por meio de solicitação no site do Ibracon (www.ibracon.com.br)



e, neste ano, a novidade é que o material poderá ser obtido por *download* também no site da entidade.

Por De Léon Comunicação

Congresso Nacional aprova Ficha Limpa

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, recentemente, o projeto Ficha Limpa. De iniciativa popular, o projeto chegou ao Congresso Nacional, em setembro de 2009, composto por mais de 1,5 milhões de assinaturas. Pela internet, o Ficha Limpa recebeu apoio de mais de dois milhões de pessoas.

O projeto torna inelegível o candidato condenado na Justiça por um colegiado. O candidato com a ficha "suja" pode, no entanto, recorrer da decisão, mas os processos contra ele passam a ser prioritários.

Os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade Sílvia Mara Leite Cavalcante (MT), Miguel Ângelo Martins Lara (DF) e Francisco Fernandes de Oliveira (RR) foram designados para atuarem no Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Para a vice-presidente Administrativa do CFC, Sílvia Mara Leite Cavalcante, a "Lei é mais um avanço para a lisura de um processo eleitoral. A sociedade provocou e o Legislativo e o Executivo responderam. Cabe agora ao Poder Judiciário (TER, TSE, STF) fazer com que esta lei produza a eficácia a que se propõe", avisa a vice-presidente.



Sílvia Mara Leite Cavalcante

O conselheiro Francisco Fernandes de Oliveira (RR) diz que a Lei deveria ter sido aprovada tempos atrás. "A lei é benéfica, porém veio tarde. Entendo que o Ficha Limpa terá o objetivo de condenar políticos despreparados ou mal-intencionados que utilizam da política para fazer suas transações ilícitas. O País necessita de pessoas que tenham qualificação e responsabilidade com a sociedade", avisa.

De acordo com a Lei, o político que for condenado pela Justiça fica proibido de se candidatar pelo resto do período de mandato e mais oito anos. Aquele candidato que renunciar ao mandato para fugir da cassação fica inelegível.

O que diz a Lei

Projeto de Lei Complementar 58/10

• O período de inelegibilidade é de oito anos para todos os casos previstos (desde que a decisão seja transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado).

• Ficam inelegíveis os que praticarem crimes dolosos contra a economia popular, a administração pública, o patrimônio privado e o meio ambiente.

• Ficam inelegíveis os que praticarem crimes eleitorais (compra de votos, fraude, falsificação de documento público) e forem condenados à prisão.

• Ficam inelegíveis os que praticarem crimes de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à proibição para o exercício da função pública.

• Ficam inelegíveis os que praticarem os seguintes crimes: lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; tráfico de entorpecentes e drogas afins; racismo; tortura; terrorismo; crimes hediondos; prática de trabalho escravo; crimes contra a vida e a dignidade sexual; e delitos praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

• Ficam inelegíveis os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidades configuradas como atos dolosos de improbidade administrativa.

• Ficam inelegíveis os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional que praticarem abuso de poder econômico ou político e se beneficiarem com tal prática ou a terceiros. A inelegibilidade é para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos oito anos seguintes.

• Ficam inelegíveis o Presidente da República, governadores, prefeitos e parlamentares que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição para abertura de processo pelo fato de infringirem a Constituição e as leis orgânicas de estados, municípios e Distrito Federal para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.

• Ficam inelegíveis os que forem condenados por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

• Ficam inelegíveis os condenados pelo fato de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade.

• Ficam inelegíveis os que tenham sido excluídos do exercício da profissão por decisão de órgão profissional competente, em decorrência de infração ética e profissional.

• São inelegíveis os que tenham sido demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial.

• Ficam inelegíveis pessoas e dirigentes de empresas responsáveis por doações eleitorais ilegais.

• Ficam inelegíveis magistrados e membros do Ministério Público aposentados compulsoriamente ou que tenham perdido o cargo devido à exoneração por processo administrativo-disciplinar.



Miguel Ângelo Martins Lara

Já o conselheiro Miguel Ângelo, que representa o Distrito Federal na Comissão, por sua vez, disse que está à frente do trabalho no MCCE e acredita que a Lei tem como objetivo primordial de melhorar a imagem do Congresso Nacional perante a sociedade. Miguel Ângelo informa também que em breve será realizado um amplo trabalho — da mesma forma que foi conduzido com a política brasileira — no campo da saúde.



Francisco Fernandes de Oliveira

Por Fabrício Santos

Lei nº 12.249 institui benefícios à classe contábil

No dia 11 de junho de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 12.249/10, consolidando mais uma grande conquista para a classe contábil brasileira. A Lei, entre outras providências, altera alguns dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que regulamenta a profissão contábil no território nacional.

"O Sistema CFC/CRCs e a classe contábil brasileira ganharam uma duradoura batalha, talvez a mais importante dos últimos tempos", afirmou o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, sobre a aprovação da Lei.

Antiga aspiração do Sistema CFC/CRCs, a reformulação da lei de regência irá trazer atualização e

modernização à profissão. Para se chegar às propostas que compuseram o texto do anteprojeto de lei, visando atender às demandas de todo o País, um amplo processo de discussão teve início em 2006. Esse trabalho durou quase três anos e envolveu o Conselho Federal (CFC), os 27 Regionais de Contabilidade (CRCs) e a participação direta dos contabilistas, por meio de duas audiências públicas. Importantes nomes da Contabilidade também foram chamados a colaborar com as discussões. Os artigos da Lei nº 12.249/10 que se referem à profissão contábil são os de números 76 e 77 e estão na Seção V - Das Taxas e Demais Disposições.

Por Maristela Giroto e Dandara Lima

Exame de Suficiência

Bacharéis em Ciências Contábeis e Técnicos em Contabilidade terão prazo até 29 de outubro para solicitarem o registro profissional sem a realização do Exame de Suficiência. A partir de 1º de novembro, passa a ser obrigatória a aprovação no Exame para o exercício da atividade contábil. O Exame tem previsão para ser realizado em março de 2011.

A decisão de prorrogar o prazo de 29 de julho para 29 de outubro foi tomada na Reunião Plenária do CFC, realizada no dia 23 de julho de 2010. Com base no relatório apresentado pela comissão técnica responsável pela implementação do Exame, foram apontadas dificuldades operacionais como, por exemplo, o tempo necessário à contratação da instituição que ficará encarregada em aplicar o Exame.

Quem Somos

Nos últimos dez anos a Contabilidade passou por transformações significativas que deram um novo rumo para o profissional contábil. Uma delas diz respeito à harmonização das normas internacionais e o papel fundamental do perfil do contabilista perante a sociedade. Segundo dados do Departamento de Registro do CFC, existem 429 mil profissionais e mais de 74 mil Organizações Contábeis em plena atividade.

Deputado Vignatti defende mudanças na Lei Geral

Em visita ao Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), o deputado federal Cláudio Vignatti (PT-SC) defendeu o aperfeiçoamento da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, destacando a necessidade de se acabar com a tabela negativa do Simples, de forma a contemplar as empresas que hoje estão excluídas do programa.

O parlamentar, que coordena a Frente Parlamentar Mista de Apoio às Micros e Pequenas Empresas, também propôs a ampliação do limite de faturamento para inclusão no Simples, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões/ano, para as pequenas empresas, e de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil para as micros.

No CRCSC, o deputado foi recebido pelos presidentes do CRCSC, Sergio Faraco, e do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro, e pelos vice-presidentes de Administração e Finanças, Adilson Cordeiro, e de Aperfeiçoamento Profissional, Marisa Schwabe de Moraes.

A exemplo dos contabilistas, o deputado também manifestou sua preocupação com o

impacto negativo do regime de Substituição Tributária sobre o segmento das empresas de pequeno porte. De acordo com ele, a proposta é alterar a Lei Geral para deixar expressa a proibição, no Simples Nacional, da substituição tributária do ICMS. "Será necessária uma medida para garantir a sobrevivência das micros e pequenas

empresas, pois a substituição tributária aplicada pelos governos estaduais está encarecendo os produtos, penalizando os empresários", observou o parlamentar.

Por Comunicação CRCSC



Foto: Divulgação

Comitê Operacional do Programa de Voluntariado define metas para o ano

A importância da inserção dos profissionais contábeis em políticas sociais do País foi abordada pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, em reunião com os membros do Comitê Operacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), realizada recentemente, na sede do CFC. A reunião contou também com a participação da vice-presidente de Administração do CFC, Sílvia Mara Leite Cavalcante, responsável pela gestão nacional do Programa.

O Comitê Operacional foi instituído pela Portaria CFC nº 37, de 25 de março de 2010. O documento também criou o Comitê de Assessoramento e designou novos membros para a Comissão Gestora Nacional, reorganizando o Programa de Voluntariado da Classe Contábil para a atual gestão do Sistema CFC/CRCs.

A estrutura nacional do PVCC, com a edição da Portaria nº 37, passou a ter, em nível nacional, três comissões: Gestora, Operacional e de Assessoramento. A Comissão Gestora conta com os seguintes membros: Pedro Gabriel Kenne da Silva (coordena-



Sílvia Mara, Juarez Carneiro e Pedro Gabriel

dor), João de Oliveira e Silva, José Aparecido Maion e Aparecida Terezinha Falcão.

O Comitê Operacional é integrado por representantes das cinco regiões brasileiras: Milva Alessandra Carvalho da Silva (Centro-Oeste), Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira (Norte), Lara Luisa de Santana Dórea (Nordeste), Maurício Gilberto Cândido (Sul) e Marta Maria Ferreira Arakaki (Sudeste).

Já o Comitê de Assessoramento conta com Roni Enara Teresinha Rodrigues, representante do Instituto de Cidadania Fiscal; Maria de Fátima Menezes, da Ação Fome Zero; e Cláudia Remião Franciosi, da ONG Parceiros Voluntários.

O Programa de Voluntariado da Classe Contábil iniciou seus trabalhos em outubro de 2008, tendo como objetivo principal sensibilizar os contabilistas sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Atualmente, o PVCC atua em cinco projetos institucionais: Gestão eficiente da merenda escolar; Assistência a Organizações da Sociedade Civil (OSCs);

Mobilização social para doações ao Funcrância; Rede Nacional de Cidadania Fiscal; e Ações localizadas de voluntariado em políticas sociais e comunitárias.

Metas para 2010

Na reunião, os membros do Comitê Operacional se comprometeram com o desenvolvimento das metas estabelecidas para o ano de 2010, definidas em encontro de trabalho da Comissão Gestora Nacional, ocorrido no dia 1º de abril:

- Merenda escolar: contar com pelo menos um voluntário em cada no CAE dos municípios sedes de delegacias, até 31 de dezembro.
- Rede Nacional de Cidadania Fiscal: criar pelo menos um observatório social em cada estado brasileiro.
- Participação em Organizações Sociais de Caráter Assistencial.

1. Projeto Transparência: concluir a validação da metodologia no Rio Grande do Sul e implementar testes em mais dois estados brasileiros.
2. Projeto Pastorais: levantar a situação geral até 30 de abril; e atuar em todos os estados, com meta de pelo menos um voluntário por setor (Diocese) até 31 de dezembro.
3. Doações ao FunCriança.

Por Maristela Giroto

CFC apóia 13ª Semana de Contabilidade

Nos dias 5 e 6 de agosto o Banco Central promoveu a 13ª Semana da Contabilidade que teve como tema "Convergência às Normas Internacionais". O evento abordou o compartilhamento de ideias e discussões do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às normas editadas pelo International Accounting Standards Board (IFRS) e pela International Federation of Accountants (IFAC). O evento, que teve o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contou com a presença de aproximadamente 300 participantes e o objetivo foi aperfeiçoar o processo de comunicação entre o Banco Central e os diversos interessados em Contabilidade.

Durante a abertura, o presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, destacou o tema como muito

oportuno. "Em 30 anos não tivemos um processo tão grande de mudanças como o ocorrido nos últimos cinco anos, ocasionado principalmente com o advento das Normas Internacionais que promoveram um grande impulso à Contabilidade", observou.

Na oportunidade, o presidente do CFC ressaltou o incessante trabalho de formação continuada, as ações de responsabilidade socioambiental, o lançamento do livro Partidas Dobradas – Contabilidade Necessária, em parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e a o engajamento da classe contábil na campanha 'SOS - Santana do Mundaú que tem o objetivo de construir 100 casas em Alagoas. O chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Odilon dos Anjos, fez, por



Mesa de honra

sua vez, um breve resumo das ações realizadas pelo órgão no processo de adoção às IFRS.

Durante os dois dias de evento os participantes contaram com orientações de renomados profissionais entre eles: Amaro Gomes, diretor do IASB; Ricardo Julio Rodil, membro do Comitê para Pequenas e Médias Firms de Auditoria da Ifac, além de representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Universidade de Brasília (UnB), entre outros.

Por De León Comunicação

Ministro da Previdência participa de Seminário no CFC



Mesa de Honra reuniu líderes do Governo em Seminário

O ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, participaram, no dia 16 de julho, da solenidade de abertura do Seminário Fundamentos para Registro de Benefícios Previdenciais a Empregados, no auditório do CFC, em Brasília (DF).

O primeiro a fazer uso da palavra foi o secretário de Políticas de Previdência Social, Murilo Barella. Para o secretário, o sistema previdenciário do País tem "musculatura" suficiente para enfrentar os desafios. "Temos um regime complementar saudável e o sistema contábil brasileiro tem participação nesse processo", avisa.

O presidente do CFC disse, por sua vez, que a entidade, atualmente, faz parcerias estratégicas com vários segmentos. "Nossas parcerias buscam beneficiar a sociedade como um todo", afirma. Ao

se referir ao ministro, que é contador, Juarez reafirmou o compromisso do CFC com a Previdência Social. "A área contábil mudou expressivamente. O nosso objetivo é o de aliar a adoção das normas internacionais de contabilidade e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público ao trabalho realizado pela Previdência Social, no tocante ao regime contábil. Ressalto também que a Contabilidade está se tornando, cada vez mais, a ciência da informação", disse.

O ministro da Previdência Social iniciou o seu discurso se referindo à Ciência Contábil ao mencionar que "o registro contábil é fundamental, pois é por meio dele que demonstramos a transparência à sociedade". Ainda, segundo o ministro, "o profissional da Contabilidade zela pelo sucesso das empresas e por vários segmentos da sociedade".

No que diz respeito às contas da Previdência Social, o ministro ao revelou que "não existe rombo. A falácia de que as contas da Previdência estão falidas prejudica a nossa imagem; precisamos mudar esse conceito".

Carlos Eduardo Galas, que tomou posse em março de 2010 e que tem a missão de estabelecer uma imagem positiva pelo contínuo desenvolvimento do sistema para que as normas de contabilidade aplicadas ao setor público e a convergência às normas internacionais deem ainda mais transparência às contas da Previdência Social.

É, sem dúvida, um desafio para que o Governo se adapte a essa nova realidade".

Compuseram a Mesa, além do mi-

nistro e do presidente do CFC, o secretário de Políticas de Previdência Social, Murilo Barella; o presidente da Associação Nacional de Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep), Roque Muniz de Andrade; o diretor executivo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Ricardo José Machado da Costa Esch; e o presidente do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Jarbas Biagi.

Os vice-presidentes do CFC Nelson Mitimasa (área técnica), Enory Luiz Spinelli (área operacional) e Lucilene Florêncio Viana (controle interno) prestigiaram a solenidade.

O evento é promovido pela Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), Associação Nacional de Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep) e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e conta com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Balanco Socioambiental e História da Contabilidade

O presidente do CFC aproveitou a visita do ministro da Previdência na entidade e entregou os livros Balanço Socioambiental do CFC e a História da Contabilidade no Brasil, de autoria do Professor Doutor Antônio Lopes de Sá, falecido recentemente. "Esses livros demonstram o nível de comprometimento que o CFC tem com os profissionais e com a sociedade", disse Juarez.

Por Fabrício Santos

Seminário IFRS

termina com sucesso no Rio de Janeiro

O Seminário IFRS para pequenas e médias empresas foi encerrado na quarta-feira, dia quatro de agosto, no Auditório do BNDES, no Rio de Janeiro (RJ). Um dos palestrantes, Amaro Gomes, no seu rápido discurso de encerramento, reforçou a importância desse curso para os profissionais.

A representante do BNDES, Vânia Borgerth, por sua vez, disse que o treinamento demonstrou o grau de importância que a adoção às normas internacionais tem para o País e para os profissionais. "Sem dúvida, a adoção das normas pelas PMEs apresenta o novo perfil da Contabilidade no contexto mundial", ressaltou.

Plano de ação da convergência do Brasil é aprovado

O presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, disse no primeiro dia do evento que a Federa-

ção Internacional de Contadores (Ifac) aprovou a publicação do Plano de Ação da Convergência no Brasil. Segundo Juarez, "a apresentação de plano de ação pelos países é uma exigência da Ifac a todos os países-membros. Ele representa a terceira etapa de um Programa de Compliance, que tem ser cumprido pelos países-membros e entidades associadas, visando ao aperfeiçoamento da profissão contábil no mundo".

Dos 121 países que apresentaram os seus Planos de Ação à Ifac, 80 deles, além do Brasil, tiveram o seu plano de ação aprovados pela entidade. Para o vice-presidente Técnico do CFC, Nelson Mitimasa Jinzenji, o padrão internacional de normas contábeis que as companhias brasileiras terão que adotar neste ano vai beneficiar as micros e as pequenas empresas. "O capital hoje não está mais restrito às



Paul Pacter, Amaro Gomes e Juarez Domingues Carneiro

grandes companhias. Com a globalização, as micros e as pequenas empresas também se tornaram alvo de interesse. Mas, para o investidor, é fundamental saber que as demonstrações contábeis refletem a posição real da empresa, como capacidade de geração de caixa para honrar os compromissos assumidos", concluiu o vice-presidente.

Por Fabrício Santos